

*Conflitos de terra em Nova Iguaçu:
uma análise a partir do caso de Pedra Lisa²*

Introdução

Apesar de comumente associada a características tipicamente urbanas, a Baixada Fluminense foi palco de diversos conflitos por terra ao longo das últimas décadas. Nos anos de 1950 e 1960, ela ainda carregava características bem rurais, embora um acelerado processo de urbanização estivesse em curso. As mudanças na cidade do Rio de Janeiro, pautadas na fixação da massa trabalhadora nas periferias, tem repercussões na Baixada Fluminense. Por volta dos anos de 1930 e pelas décadas subsequentes, a Baixada foi palco de rápidas e grandes transformações oriundas da incorporação urbana, através de investimentos estatais que acabaram alimentando a especulação da área. Assim, a especulação imobiliária, através da atividade loteadora, foi o “produto mais imediato das obras públicas promovidas na Baixada a partir dos anos 1930. (...) e os loteamentos urbanos representavam uma das principais causas dos despejos de lavradores, em particular em municípios como Duque de Caxias e Nova Iguaçu” (GRYNSZPAN, 1987, p. 55-56). Tais reordenamentos espaciais foram de tamanha dimensão, que, de acordo com Souza (1993), foram capazes de mudar as representações do que se compreende como Baixada:

Note-se que nesse período havia ainda a representação da região como uma área agrária e tais conflitos marcaram (...) o processo de lutas através do qual se constituiu a Baixada Fluminense metropolitana de nossos dias. Desse modo, a própria mudança de sentido da ideia de uma Baixada agrária para uma Baixada Fluminense tal como hoje é representada pode nos servir como um indício de mudanças históricas que redefiniram, inclusive, limites da região (Souza, 1993, p. 210).

¹ Doutorando, bolsista CAPES pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: gabrielsbastos@gmail.com.

² Esse artigo é um dos produtos finais do Projeto Conflitos e repressão no campo (1946-1988), edital Faperj 38/2013.

Tratando-se de uma atividade de alta rentabilidade para as elites locais, em 1940, havia cerca de 17.442 ha ocupados com laranjeiras em Nova Iguaçu. Trata-se de 22,3% da superfície do município, conforme os dados da Agência Municipal do IBGE (IBGE *apud* SOUZA, 1993, p. 213). Tal exploração fundiária parcelava terras para arrendatários, largamente empregados até os anos 30. Entre 1920 e 1940, observa-se que “o número de estabelecimentos sob responsabilidade de arrendatários em Nova Iguaçu teve crescimento muito expressivo, passando de 101 para 503 estabelecimentos” (SOUZA, p. 214), enquanto contava com 704 estabelecimentos controlados por proprietários (*ibidem*). Entretanto, a partir de 1950, os arrendamentos passaram para 241 estabelecimentos, enquanto os estabelecimentos dirigidos por proprietários passaram para 1289. Segundo Mesquita (*apud* SOUZA, 1993), houve uma expansão de fazendas a partir da década de 1940, onde fazendeiros “estenderam suas propriedades, comprando outras, contíguas ou não” (SOUZA, 1993, p. 216). Nesse mesmo período estava em curso um grande número de dispensas de trabalhadores: nos anos 50 para os 60, em Nova Iguaçu, 97,9% de parceiros foram dispensados, bem como 85,3% de trabalhadores temporários e 31,1% de permanentes (GRYNSZPAN, 1987). Observa-se, portanto, que a crescente urbanização de Nova Iguaçu coexistiu com um processo de concentração fundiária nas áreas rurais do município.

Trata-se de um processo de reordenação espacial que atinge também as áreas rurais do município: nos anos de 1930, com as obras de saneamento na Baixada, as terras passam a se valorizar mais, gerando alta nos preços de imóveis na área. Isso ocorria no mesmo tempo da “idade do ouro” dos laranjais, conforme contam as representações locais a respeito dos anos de 1920-1940 (SOUZA, 1993), que entrou em crise no decorrer da Segunda Guerra mundial. Tais investimentos estatais, entretanto, não representaram um incentivo à produção agrícola. Diferentemente disso, a valorização gerada por eles alimentou a especulação, provocando intensas disputas por terras na Baixada: lavradores contra grileiros, grileiros contra grileiros e até mesmo grileiros contra legítimos proprietários (GRYNSZPAN, 1987).

Entre os muitos casos de conflitos entre posseiros e grileiros na Baixada Fluminense no pré-64, os ocorridos em Pedra Lisa ocupam um lugar importante para compreendermos esses processos, tanto por conta de seu pioneirismo na organização local de lavradores quanto por ter se tornado um polo de irradiação-aglutinação de lutas pela terra em regiões próximas.

Nos anos de 1940, Pedra Lisa começou a ser ocupada por famílias de posseiros, oriundas de áreas rurais, de outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, como Campos, Casimiro de Abreu, Itaguaí e de outros estados, principalmente Minas Gerais (COPELLO, 1983). De acordo com o

Bráulio Rodrigues, importante liderança camponesa local, em seu livro de memórias, muitas pessoas vieram de Itaperuna, Miracema e de outros lugares do estado do Rio para ali se estabelecerem. “Ficaram até hoje. Não tem nenhum desses que vieram de Itaperuna que foi embora. Estão todos eles lá, morando. Tem neto, bisneto” (SILVA, 2008, p. 22-23).

A diversidade de origens dos camponeses que ocuparam a Baixada Fluminense nesse período é um dos fatores que explica o forte processo de mobilização do período pré-64. Tais famílias, provavelmente vítimas de secas e da falência de núcleos cafeeiros de suas regiões de origem, acabaram originando um contingente disposto a inserir-se nessas disputas (Ernadez, 2010). A respeito de deslocamentos de populações rurais, Woortman (1990) caracteriza a migração camponesa como uma ferramenta de sua reprodução social:

Camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores de migrantes. Por isso, áreas camponesas já foram chamadas de “celeiros de mão de obra”. A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa (Woortman, 1990, p. 35).

Seguindo essa premissa, compreendemos que se trata de um campesinato inserido em constantes processos migratórios, buscando melhores condições de vida, possíveis naquela região.

Diante desse prisma, pretendemos, neste trabalho, analisar conflitos fundiários em Nova Iguaçu dos anos de 1950 até 1980, tendo os conflitos de Pedra Lisa como fio condutor.

Pedra Lisa e os conflitos por terra na Baixada no pré-64

Os marcos que delimitam a região conhecida como Pedra Lisa são tanto geográficos quanto políticos. Nos dias atuais, a área que abrange as antigas fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira, ambas no município de Japeri,³ desapropriadas em 1958 pelo então governador do Rio de Janeiro, Miguel Couto Filho, é um bairro que oficialmente carrega o nome de Pedra Lisa. Atravessando o limite municipal de Japeri, partindo de Pedra Lisa em direção de Nova Iguaçu, cruza-se uma ponte para entrar neste município. Trata-se da área da antiga Fazenda São Pedro, desapropriada em 1959, também fruto da luta dos lavradores do local, respondendo também por uma área de influência da antiga Sociedade de Lavradores e Possesores de Pedra Lisa. Esta área, entretanto, é um bairro

³ Japeri se emancipou de Nova Iguaçu no dia 2 de dezembro de 1991 (Lei 1.902).

de Nova Iguaçu chamado Jaceruba. Quando nos referimos a Pedra Lisa, portanto, temos duas referências em mente: um marco geográfico que é uma enorme pedra que batiza o local e uma região política: a área de influência da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, que era bem mais ampla envolvia diversas fazendas da região.

Ocupando tal área, dois desafios se colocaram diante dos lavradores: os donos das Fazendas Reunidas Normandia, propriedade da família Guinle e de Fausto Alvim, que teriam adquirido terras do conde Modesto Leal e reivindicavam as terras ocupadas pelos lavradores⁴ - e as adversidades físicas da região, extremamente pantanosa, que exigia trabalho coletivo para drenagem (COPELLO, 1983). Segundo o jornal *Correio da Lavoura* de 20/4/1980 (*apud* COPELLO, 1983, p. 29), “esta região era cheia de pântanos, o lavrador foi entrando e fazendo valas, secando o lugar. Muitos morreram pela febre, pois a região era considerada ‘zona paludosa’”. De acordo com Romário Silveira, professor de história região,

O Sr. Wanthoil⁵ me disse que quando chegaram aqui era difícil a produção naquela região. A área era alagada e só dava para plantar arroz. Para plantar outras culturas eles precisaram abrir canais para drenagem. Assim fizeram o canal do arroz e outros córregos que cortam a área (Romário Silveira, entrevista concedida a Gabriel Bastos por e-mail em 28/12/2015).

O lavrador José Matias, uma liderança local, era responsável por arregimentar famílias. A partir de divulgação boca a boca, as famílias inscreviam-se na Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa para aguardar seus lotes (ERNANDEZ, 2010). Para assegurar a permanência e resistência das famílias em Pedra Lisa, os lavradores procuravam atrair mais famílias para lá, abrigando cerca de 140 famílias em 1946 (COPELLO, 1983). A ocupação em Pedra Lisa, portanto, foi feita de forma organizada, tendo a entrada e saída dos lavradores regulada por uma comissão formada pelos que ali viviam e trabalhavam, concedendo um alqueire e meio para plantar, variando de acordo com o número de componentes de cada família, socializando boas e más condições de terras, buscando impedir o surgimento de privilégios (COPELLO, 1983).

⁴ Segundo Hansen, “Cândido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle, naturais de São Pedro do Rio Grande do Sul, mas domiciliados e estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro com o comércio de fazendas, em 1874” (Hansen, 2009, p. 4). Consta como pertencente ao chamado “Grupo Guinle” a Cia. Fazendas Reunidas Normandia (*ibidem*). De acordo com depoimentos locais, trata-se de uma empresa imobiliária. Nota-se que muitas das terras da empresa em regiões próximas foram vendidas para um grande número de chácaras (FORTE *apud* ALVES, 1998).

⁵ Wanthoil Dias Lacerda, militante da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa na época.

Diante de pressões da Companhia Fazendas Reunidas Normandia para expulsão dos lavradores, em 1946, um grupo de posseiros, com apoio de um advogado, obteve acesso aos documentos dessas terras. Como eles não comprovavam a propriedade da Companhia, enviaram um abaixo-assinado para o então presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, reivindicando a garantia de permanecer na área ocupada. Através de uma comissão do Ministério da Fazenda, concluiu-se que tais terras eram de propriedade da Fazenda Nacional, portanto, públicas (COPELLO, 1983). Segundo Bráulio Rodrigues da Silva,

O Zé Matias começou a alertar o pessoal e a ter atrito com os que vinham derrubar a mata e com os chamados “grileiros” que queriam tirar o pessoal. Um belo dia ele foi ao Palácio do Catete. O Presidente era o Marechal Dutra, que o recebeu, ouviu o que ele contou e pôs uma ordem no papel, sem decreto, sem nada: “Autorizo os trabalhadores de Pedra Lisa a trabalhar na sua lavoura desde que não façam desmatamento nem carvão, apenas para tirar alimentos, alimentação tirada da lavoura”. O Zé Matias tinha sempre essa autorização na mão e, com isso, ele conseguiu amenizar muita coisa (SILVA, 2008, p. 22).⁶

Tal processo de reivindicação dos lavradores, através do abaixo-assinado endereçado ao Palácio do Catete, desembocou na criação da Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em 1948, sob presidência de José Matias. Trata-se da formalização de laços associativos e comunitários que já existiam antes no local. Foi a primeira associação de lavradores na Baixada Fluminense e importante ferramenta de luta dos camponeses no período que antecedeu o golpe de 1964.

Chama atenção o fato de a Sociedade funcionar não só como uma ferramenta política propriamente dita, mas como uma rede de manutenção do estilo de vida camponês da região em diversos aspectos: além do controle da distribuição de terra, a Sociedade também funcionava como uma rede de ajuda mútua, uma forma de cooperativa para comercialização e produção e até mesmo um agente regulador para regras de comportamento comunitário.

⁶ Chamamos atenção para o tom de naturalidade com que Bráulio Rodrigues se refere a um encontro de Zé Matias com o então Presidente da República: “Um belo dia ele foi ao Palácio do Catete”. Talvez tenha sido assim como Bráulio Rodrigues reteve a memória a respeito da relação entre os camponeses e o Estado. Talvez o abaixo-assinado possa simplesmente ter sido enviado. De qualquer forma, como explicar o acesso ao presidente da República através de uma associação que estava em vias de ser fundada? Estaria a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa munida de algum tipo de intermediário entre eles e o Estado? Seria essa mediação um dos fatores que explique o alcance de suas mobilizações?

Comerford (2003) comenta a importância de laços comunitários dentro do jogo político do sindicalismo camponês na zona da mata mineira. Conforme o autor nos explica, para que os laços políticos entre o sindicato e suas bases se estabeleçam de forma consolidada, são necessárias boas relações sociais, de confiança e reciprocidade entre os sindicalistas e suas bases. Dessa forma, o trabalho de base consiste em

Localizar e se dar a localizar socialmente, ver e se dar a ver, estabelecer reciprocidades para ir infiltrando mesmo onde as pessoas são contra. (...) O trabalho de base, em uma de suas dimensões, é como uma familiarização: produzir o sindicato como se produz uma família, contando com o apoio, a confiança e o empenho dos parentes, e envolvendo mediações para a aproximação com pessoas/famílias com as quais se torna possível estabelecer uma relação de intimidade e aliança (COMERFORD, 2003, p. 274).

O papel de regulação da vida comunitária da associação em Pedra Lisa responde por uma lógica parecida. Em um cenário de ocupações conflituosas de terra, a mediação de conflitos entre os membros da comunidade pela associação surge como uma ferramenta capaz de se autoprotoger de conflitos internos, influenciando assim na coesão do grupo. Bráulio Rodrigues, em seu livro de memórias, comenta que “Zé Matias sempre dizia: ‘Quem tiver dificuldade com problemas de divisa não discuta com o outro, discuta aqui na associação! Porque nós aqui temos um conselho fiscal para essa finalidade!’” (SILVA, 2008, p. 23).

O conselho fiscal previa que o posseiro deveria morar em Pedra Lisa e o desmatamento era permitido somente para fins de cultivo. A associação também promovia aberturas de estradas e valas, para drenagem de áreas pantanosas, assim como construiu uma escola e a ponte que liga Jaceruba a Pedra Lisa. A Sociedade também organizava formas de ajuda mútua e solidariedade entre os camponeses através de trocas de produtos entre eles em tempos de necessidade e mutirões para construções de casas na chegada de famílias novas. Além disso, em seu livro de memórias, Bráulio Rodrigues nos relata que existia “uma espécie de pensão para aqueles que eram filiados da associação. Por exemplo, se eu falecesse, a minha viúva ia receber uma pensão que a associação dava.” (SILVA, 2008, p. 25).

A comercialização dos produtos dos posseiros escoava pela cooperativa da Sociedade, “a qual contava com um almoxarifado que fornecia ferramentas e sementes aos posseiros mediante um pagamento que era parcelado de acordo com suas condições.” (COPELLO, 1983, p. 20). A Sociedade também contava com uma Comissão incumbida de tratar de casos de transgressões de suas normas de convivência, tais como

o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, brigas entre posseiros e roubos.

O líder José Matias foi assassinado em novembro de 1953, quando voltava de uma reunião da Sociedade, a caminho de Nova Aurora (SILVA, 2008). Bráulio Rodrigues conta que ele sempre voltava acompanhado de seis a oito pessoas, com exceção dessa vez, quando foi emboscado por um jagunço armado com uma espingarda que lhe deu um tiro no peito, matando-o instantaneamente (*Última Hora* 13/2/1962). Com a morte do líder, os conflitos se intensificaram, ocorrendo, inclusive, em 1953, a expulsão de 30 famílias de meeiros na Fazenda Pimenta, área próxima de Pedra Lisa (COPELLO, 1983).

Segundo o jornal *Imprensa Popular* de 18/8/1956, a polícia tentou efetivar um mandato de despejo na área e foi recebida por lavradores armados de facões, foices, enxadas e espingardas de caça. Essas ações eram entendidas pelos trabalhadores como formas de autodefesa. Na entrada da região, havia uma tabuleta onde se lia: "Aqui em Pedra Lisa não entra polícia. Nem grileiros. Estas terras têm donos. Cada palma de chão roubado há de custar a vida de todos nós." Não por acaso, portanto, a região foi apelidada pelo subdelegado por ela responsável como "zona conflagrada" (GRYNSZPAN, 1987, p. 153). Sobre o episódio, Bráulio Rodrigues chama atenção para a provável ilegalidade da ação de despejo, bem como para a presença de agentes privados de repressão no ato de expulsão:

Não houve prisão. O que tinha que acontecer, aconteceu na área. Houve duas mortes. Não houve inquérito, não houve nada. Foi uma coisa assim, pra num vim pra fora, né? (A repressão) foi maior, muito maior, porque aí não era só a polícia, aí era jagunço, era bem diferente. Não tinha processo, não tinha nada (Entrevista a Frederico Araújo, *apud* ARAÚJO, 1982, p. 50).

Para além da resistência armada, outras estratégias de resistência para manter a posse da terra eram acionadas pelos lavradores. Em 1956, jagunços e policiais armados com metralhadoras assaltaram várias residências em Pedra Lisa, incendiando e destruindo três casas. Por intermédio do Jornal do PCB, *Imprensa Popular*, os camponeses dirigiram-se ao governador Miguel Couto Filho e à Assembleia Legislativa para denunciar o crime que, de acordo com eles, partia da Imobiliária dos Guinle, interessada em se apropriar de suas terras. (*Imprensa Popular*, 10/3/1956).⁷

⁷ Tratando-se de um dos agentes políticos articulados com a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, talvez, a rede política que se construía entre as organizações camponesas da Baixada e setores progressistas da imprensa (sobretudo o *Imprensa Popular*,

Em 1956, o presidente da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa reuniu-se, acompanhado de um representante do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC)⁸ e de membros da imprensa local, com um vereador que demandava a posse das terras e o delegado da região. Argumentavam que a área era pública e que, portanto, qualquer ação policial com fins de despejo dos trabalhadores rurais era por eles considerada ilegal (*Imprensa Popular*, 18/08/1956). Ficou acordado, na ocasião, que a polícia não faria novas incursões até que sáísse o resultado da ação judicial movida pela Sociedade (GRYNSZPAN, 1987).

Os posseiros também se reuniram com o Ministro da Agricultura no ano seguinte em seu gabinete e denunciaram as tentativas de despejo (*Última Hora*, 21/02/1957). Após o encontro, o ministro garantiu que providências seriam tomadas. Em 1958, houve uma outra tentativa de despejo, dessa vez por iniciativa da família Fausto Alvim, das Fazendas Reunidas Normandia, utilizando-se da polícia de Nova Iguaçu. Os lavradores resistiram com apoio de setores progressistas da imprensa, que deu cobertura à investida de expulsão, inviabilizando o despejo (COPELLO, 1983). Em 1958, o então governador do estado do Rio de Janeiro, Miguel Couto Filho, decretou a desapropriação das duas glebas que compunham Pedra Lisa: Santo Antônio do Mato e Limeira (ERNANDEZ, 2010). Por conta disso, foi instalada uma placa de bronze em frente à escola de Pedra Lisa, que até hoje lá permanece, onde se lê:

Os camponeses de Pedra Lisa, posseiros de mais de séculos dessas terras, por sucessões hereditárias e de compra e venda, perseguidos por grileiros, que lhes queimavam as casas e destruíam as plantações, testemunham neste bronze sua imorredoura gratidão ao governador Miguel Couto Filho, pelo seu ato justo e sábio desapropriando estas mesmas terras em favor daqueles que as ocupam e as cultivam e resolvem dar o seu nome a este núcleo agrário, que passará, de hoje em diante, chamar-se Miguel Couto Filho. 13-7-58.

Foram constantes as mobilizações para pressionar o governo estadual. Eram comuns, como narra Bráulio Rodrigues, idas a Niterói, com um grande número de lavradores, a fim de forçar ações em defesa dos posseiros. Isso só era possível porque havia uma rede de apoios, onde se destacavam os laços com o Partido Comunista e diversos sindicatos:

ligado ao PCB) tenha sido responsável a fornecer acesso dos camponeses para com essas autoridades do Estado.

⁸ O INIC, Instituto Nacional de Colonização e Imigração, foi criado em 1954, pela lei 2163, de 5 de janeiro. Cabia ao INIC traçar e executar o programa nacional de colonização, sendo o órgão responsável pela implementação de Núcleos de Colonização.

Em Pedra Lisa, nós tivemos um apoio muito grande do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro: apoio moral e financeiro, no tempo em que o Benedito Cerqueira era o presidente do sindicato. Ele era do Partido Comunista também. Tivemos apoio do primeiro Conselho Municipal de Trabalhadores formado no estado do Rio de Janeiro (...). O Benedito Cerqueira e o Isaltino, redator-chefe do jornal A Tribuna do Metalúrgico, iam às reuniões, levavam alguma coisa para distribuir para o pessoal, roupas etc. E iam na hora da luta também.

(...)

Nós íamos até Petrópolis porque tinha um sindicato muito grande lá, que era o dos tecelões (SILVA, 2008, p. 39-40).

Dois outros grandes conflitos ocorreram em fins da década de 1950 em Pedra Lisa, na Fazenda São Pedro e na Fazenda Boa Esperança. O conflito da Fazenda São Pedro, propriedade de Francisco Junqueira, fazendeiro de café em São Paulo e usineiro de leite em Minas Gerais, se desenrolou em 1959 quando diferentes grupos de meeiros entraram em conflito entre si. De acordo com Copello (1983), havia um grupo de meeiros da área da várzea e outro da área da serra, estes, com condições bem mais adversas de exploração da terra. Quando os lavradores da várzea se recusaram a pagar a meia, Junqueira mobilizou os meeiros da serra para expulsarem seus vizinhos. Entretanto, a Sociedade dos Lavradores de Pedra Lisa foi capaz de unir os dois grupos para que ambos não mais pagassem a meia. Em resposta, o fazendeiro, além de travar lutas judiciais para a expulsão de ambos os grupos, trouxe um grupo de jagunços de São Paulo para pressioná-los, assim como recorreu também a um contingente da polícia para efetuar o despejo. Mas tal ação foi contida pela resistência dos meeiros, que fizeram valas na estrada a fim de impedir a entrada dos policiais (COPELLO, 1983).⁹

Os lavradores foram à Assembleia Legislativa a fim de apelar para os deputados no sentido de impedirem que o despejo fosse concretizado (*Luta Democrática*, 11/6/1959). Recebidos pelo presidente da Assembleia em seu gabinete, ouviram dele que apenas o governador Roberto Silveira poderia dar uma solução para o caso. Um pouco mais tarde, ocorreu a desapropriação¹⁰ (*Última Hora*, 16/12/1959).

Já o caso da Fazenda Boa Esperança se desenrolou por conta de atritos entre o proprietário e meeiros. Estes acusavam o proprietário de roubar

⁹ Copello não faz referências diretas às fontes desse episódio. Entretanto, suas fontes são, no geral, entrevistas e o jornal *Correio da Lavoura* entre 1958 a 64 e de 75 a 80.

¹⁰ Decreto 6896 de 13/01/1960, publicado no Diário Oficial do Estado RJ em 14/1/1960 e decreto 7.214 de 2/12/1960, publicado no Diário Oficial do Estado RJ em 12/12/1960.

no percentual de produção e rebelaram-se detendo um caminhão e o motorista que transportava os produtos agrícolas. Como resposta, o proprietário mobilizou “tropas de soldados que metralharam e queimaram casas, plantações, animais e expulsaram os meeiros (...), ocorrendo até mesmo a deformação física de um meeiro” (COPELLO, 1983, p. 34). Após o ocorrido, as associações de lavradores de Pedra Lisa e de Japeri¹¹ mobilizaram cerca de 250 pessoas que realizaram uma vigília durante dois dias no palácio do Ingá. Tal mobilização resultou na desapropriação da Fazenda Boa Esperança¹², com indenização ao proprietário, “além de ceder transporte, sementes e algum material de construção para que os meeiros pudessem retornar ao trabalho, recebendo ainda proteção da polícia” (COPELLO, 1983, p. 34).

Como podemos observar, tratava-se de uma situação de sucessivas vitórias da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa na segunda metade dos anos 1950. A ação da Associação irradiou-se pelas regiões próximas, mas foi além dos limites municipais, mostrando uma articulação em torno de determinadas formas de ação.¹³ Em 1961, ocorreu uma outra resistência organizada, desta vez na região do Núcleo Agrícola Santa Alice, em Itaguaí, que também envolveu conflitos armados. Tratava-se de um núcleo de colonização do INIC, onde a maioria dos lavradores eram espanhóis. Conforme narrado por Bráulio Rodrigues em seu livro de memórias, alguns deles haviam participado de alguma resistência ao regime franquista na Espanha (SILVA, 2008).

O conflito ocorreu por conta de um grileiro, dono de uma joalheria no Rio de Janeiro, que reivindicou as terras para si. Bráulio Rodrigues conta que um subdelegado, nomeado por um político da região, prestava apoio político local para o grileiro e, por conta própria, “chegou lá dando tiro à vontade e colocou um ou dois pra fora”¹⁴ (Silva, 2008, p. 32). Os

¹¹ Segundo Copello (1983), o surgimento desta associação foi fruto de um racha de um grupo que teria rompido com a associação de Pedra Lisa em 1958, após terem sido derrotados em eleições de direção.

¹² Decreto 7206, de 25 de Novembro de 1960.

¹³ A segunda metade dos anos 1950 e a primeira dos anos 1960 foram de intensa mobilização e organização dos trabalhadores rurais. Em 1954, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), que adotou uma política de incentivar a realização de encontros camponeses locais e estaduais, estimulando assim maior organização de lavradores. Nesse contexto, foi criada, em 1959, a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj). Nesse mesmo período, ocorriam conflitos fundiários em outros municípios do estado, tais como: Fazenda São Lourenço e Capivari em Duque de Caxias; Companhia América Fabril em Magé; São José da Boa Morte em Cachoeiras de Macacu e Imbé em Campos dos Goytacazes.

¹⁴ Importante frisarmos o caráter de agente particular dos subdelegados, inseridos em um contexto político de troca de favores. Sobre essa categoria, nessa época, Bráulio Rodrigues descreve em seu livro de memórias da seguinte forma: “Naquela época, os subdelegados eram nomeados por um político da área. Por exemplo, eu simpatizei com você, vou nomear você como subdelegado desta área aqui. Você não ganhava nada, mas tinha um título de

lavradores de Santa Alice recorreram à Associação de Pedra Lisa. Conforme a narrativa de Bráulio Rodrigues, “as pessoas do Coletivo sabiam do nosso movimento em Pedra Lisa e foram lá pedir apoio da gente” (*Ibidem*, p. 31). Um episódio de conflito armado é narrado por ele em uma ocasião de tentativa de despejo:

Aí nós reunimos os espanhóis (...) e eles resolveram pegar. Distribuímos o pessoal na entrada, um aqui, outro lá. Quando a polícia chegou, não morreu ninguém, graças a Deus, mas houve muito tiroteio. Só não morreu gente de lá nem de cá porque nós estávamos muito bem protegidos. A gente estava atirando mais para espantar, não era para matar. Aí eles saíram fora (Silva, 2008, p. 32).

De acordo com as edições de 25/1/1962 do jornal *Última Hora* e de fevereiro de 1962 do *Terra Livre*, a Associação de Lavradores de Pedra Lisa enviou até Itaguaí uma comissão de 53 lavradores em um caminhão com a finalidade de prestar apoio aos ocupantes de Santa Alice. A comitiva foi recebida por uma rajada de metralhadora da polícia, e o lavrador José Firmino foi ferido gravemente. Todos os outros foram presos, mas soltos após esforços jurídicos da Associação para os libertar. Apenas três lavradores permaneceram detidos: Alvinho Alves, que era presidente da Associação de Lavradores de Pedra Lisa e vice-presidente da Falerj; Wanthoil Dias Lacerda e José Ferreira. Conforme narram matérias das edições de 13/1/1962 e 28/2/1962 do *Jornal do Brasil*, ao saber do ocorrido, Irênio de Matos, executor do Plano Piloto de Ação Agrária do Governo do Estado, tentou intervir junto ao Juiz para libertar os três lavradores. Entretanto, também foi preso, acusado de tê-los mobilizado contra a polícia. Tanto Irênio quanto os três lavradores foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, sendo soltos somente 26 dias depois. É importante ressaltar que já antes do golpe essa legislação estava sendo usada para tentar frear as mobilizações camponesas e atingia até mesmo agentes do Estado.

Conforme discutido por John French (2006), o uso de aparatos de características repressivas pelo Estado brasileiro não é exclusivo de períodos autoritários. Durante o período de 1946-1964, analisado neste tópico, a “esquerda radical” tinha como costume associar o aforismo de Washington Luís, dos anos de 1920, de que as questões dos trabalhadores seriam “caso de polícia” como característica de todos governos brasileiros. Isso se confirmaria dois anos após as primeiras eleições desde

subdelegado e tinha poder na área. Em Nova Iguaçu, Getúlio Moura, que era um dos chefões políticos da Baixada Fluminense naquela época, nomeava os delegados. Mandava prender, fazia tudo na polícia de lá. Ele era deputado federal, era político do PSD, muito influente na Baixada Fluminense” (SILVA, 2008 p.25).

o fim do período Vargas, nos primeiros anos da Guerra Fria. O PCB foi colocado na ilegalidade por conta de uma denúncia de um deputado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ao Tribunal Superior Eleitoral. A denúncia alegava o caráter ditatorial e internacionalista da agremiação e pedia a cassação de seu registro, embora absolutamente nada de concreto houvesse acontecido:

Depois de um breve período de esperança, entre 1945-1947, as conclusões pessimistas da esquerda radical foram amplamente confirmadas pelo governo duramente repressor de Dutra, até 1950. O ataque de Dutra ao que ele considerava serem forças da desordem, da anarquia e do comunismo aconteceu apenas uma década depois de um recrudescimento semelhante, ocorrido durante os anos crescentemente sombrios entre 1935 e 1941 (French, 2006, p. 405-406).

O então Deputado Federal Tenório Cavalcanti teria se articulado junto aos camponeses no conflito de Santa Alice, pressionando tanto o governo federal quanto o estadual para que a desapropriação fosse realizada. Em setembro de 1961, um representante de Tenório encontrara-se com um representante do então presidente da República João Goulart em Santa Alice, firmando um acordo verbal entre Nelson de Souza e Bráulio Rodrigues, “até que o Sr. João Goulart se entenda com o Governador do estado do Rio, Sr. Celso Peçanha” (*Luta Democrática*, 27/09/1961, p. 2). Sobre o episódio, Bráulio relata o seguinte:

Tivemos um encontro com o presidente João Goulart e com o governador do estado. (...) Tinha um termo, tinha um *slogan* da reforma agrária naquela época: “Ou na lei, ou na marra”. Aí João Goulart disse:
- Olha, na marra eu não aconselho ninguém a fazer, mas na lei vocês vão ter tudo (SILVA, 2008, p. 33).

A Fazenda Santa Alice foi desapropriada pelo governo estadual, mas Nelson de Souza recorreu tal decisão ao Tribunal de Justiça, dando-lhe causa ganha, o que foi posteriormente anulado, por conta da desapropriação da mesma fazenda pelo governo federal. (*Luta Democrática*, 20/4/1963, p. 5).

Para além do caso de Santa Alice, havia uma grande dinâmica política de deslocamento de quadros da FALERJ. Enquanto a associação de Pedra Lisa prestava apoio em Santa Alice, uma das lideranças de Magé, Manoel Ferreira Lima, “estava à frente da de Vargem Grande, em Itaboraí. No Imbé, em Campos, o líder foi José Pureza, de Caxias. Outros líderes de Caxias, como Joaquim Antônio e Itamar Joel Miranda, também participaram da ocupação do Imbé” (GRYNSPAN, 1987, p. 169). Face da

mesma moeda, Tenório Cavalcanti também prestara auxílio ao conflito da Fazenda São Lourenço, em 1961 – onde também estiveram presentes lavradores de Pedra Lisa – através do fornecimento de armas da Marinha. Em nossas incursões a campo em Pedra Lisa, um antigo líder camponês, já muito idoso, nos disse que tinha uma granada e um fuzil da Marinha escondidos na sede da associação. Talvez essa dinâmica política de deslocamento de militantes da FALERJ ao longo dos conflitos pela Baixada, somado ao fornecimento de armamento da Marinha por Tenório em São Lourenço explique esses armamentos em Pedra Lisa.

O pós-64 em Pedra Lisa

Se a segunda metade dos anos 1950 e a primeira metade dos anos 1960 foram de excepcional mobilização da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, o período seguinte vai na direção contrária. O pós-64 em Pedra Lisa representa um período de desmobilização, marcado por intensa repressão. Não se trata de menor intensidade de luta de classes, mas um período capaz de nos revelar outro aspecto desta. “O estudo dos momentos de ‘desmobilização’, além de recuperar essas experiências, pode nos ajudar a entender o aparecimento ou o desaparecimento de conflitos mais abertos. (...)” (PALMEIRA, 2009, p. 172). A abordagem que se segue, portanto, “pode nos dizer alguma coisa sobre as mudanças efetivamente operadas no padrão de atuação de uma classe social pela própria movimentação dessa classe numa conjuntura de mobilização política” (*Ibidem*).

Há muitos elementos sobre as lutas e a organização em Pedra Lisa que precisam ser esclarecidos e aprofundados, em especial seu papel na organização dos lavradores em toda a região que vai até Itaguaí, bem como possíveis articulações com Xerém, em Duque de Caxias. As indicações que temos mostram que se tratava de uma área com grande dinâmica política e onde se preparava resistência a um possível golpe. Quando este ocorreu, a situação dos posseiros da região e de suas lideranças se tornou crítica. Como narra Bráulio Rodrigues:

Eu estava em Pedra Lisa, aguardando um outro movimento que viria, aguardando uma contra-revolução que tinham nos prometido. Já tinha as tarefas designadas: o que ia fazer, para onde ia, essa coisa toda. Nós estávamos nos preparando para fazer um contragolpe. Não éramos só nós em Pedra Lisa: havia outros setores do campo que estavam na mesma situação. As associações de lavradores e o Partido Comunista estavam envolvidos naquela resistência também.

(...)

Daí a pouco escutamos no rádio que o João Goulart tinha saído, que estava deixando o país. Aí eu reuni com o grupo que estava lá, não era pouca gente, era muita gente,

- Olha, o problema é o seguinte: João Goulart está saindo. Até agora o que prometeram trazer para nós não chegou até aqui. Evidentemente vai ter dificuldade para chegar, e nós não vamos ficar aqui porque nesta hora, agora que está acontecendo isso, vão vir grileiros, vão vir assassinos, jagunços, tudo com o objetivo de ceder para o golpe que estão dando no país. Vão vir para fazer justiça com as mãos deles em cima de nós, principalmente em cima de mim e nos demais companheiros que estão aqui na direção.

(...)

Pois não deu outra: saí e em 40 minutos ou mais um pouco, chegou um monte de gente procurando por mim, tudo armado para me matar. Não era polícia, não era nada. Eram justamente pessoas de que eu falei, ligadas grileiros, que aproveitavam o momento para dizer que estavam fazendo isso em nome dos que estavam dando o golpe no país (SILVA, 2008, p. 43).

O seguinte trecho nos chama atenção: “Olha, o problema é o seguinte: João Goulart está saindo. Até agora o que prometeram trazer para nós não chegou até aqui. Evidentemente vai ter dificuldade para chegar, e nós não vamos ficar aqui.” Estaria ele se referindo a possíveis armas a serem empunhadas para formar uma resistência ao golpe?

Bráulio conseguiu fugir, ficou muito tempo escondido, em diferentes lugares, mas acabou sendo preso em 1966. Segundo ele, foram mais de 20 prisões entre 1966 e 1974. Depois delas, voltou para Nova Iguaçu e retomou o trabalho organizativo, desta vez na Diocese de Nova Iguaçu, como veremos mais adiante.

Se até 1964 a associação de lavradores de Pedra Lisa contava com cerca de 1.500 associados, após o golpe houve uma significativa reviravolta nesta conjuntura. A Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, no pós-64, além de ter sua sede completamente destruída e seus documentos queimados, teve suas lideranças perseguidas pelo Exército. Além disso, o ramal ferroviário, que tinha uma estação na Fazenda São Pedro, bastante usado pelos lavradores para escoar sua produção, foi extinto (COPELLO, 1983). Sobre esse período de intensa repressão, Raimundo Lima, militante do PCB na época, que costumava frequentar reuniões em Pedra Lisa, diz que tanques de guerra foram até a região:

Os tanques de guerra foram em Pedra Lisa! (...) Os companheiros trabalhadores rurais lá, os camponeses, amarraram lá e o pessoal sumia com eles, eles pegavam, matavam. Todo mundo via! Acontecia isso, mas você não podia

provar. Acontecia isso, os maridos eram presos, as mulheres corriam também, foi uma miséria (...). Aqui foi uma região de perseguidos! (Entrevista de Raimundo Lima, concedida a Leonilde Medeiros, Aline Borghoff e Romário Silveira em setembro de 2015).

Um entrevistado, que preferiu não se identificar, conta mais detalhes sobre esse processo. A partir de relatos de militantes que atuaram na Sociedade dos Lavradores e Possesores de Pedra Lisa, ele afirma que, nesse período, pessoas da própria comunidade entregavam nomes de lideranças para o regime:

Em conversa com todos esses ex-companheiros militantes eu percebo o seguinte: que com o golpe militar, né, com a ditadura instituída em 1964, muitos deles tiveram que sair daqui (...), às pressas, fugindo e deixaram seus bens. Raimundo Lima, por exemplo, tinha uma casa em construção. João Barboza, né, todos esses eram trabalhadores e tinham casas em Japeri, Engenheiro Pedreira, Pedra Lisa e em Jaceruba (...). Essas pessoas tiveram que deixar seus sítios. E eles nos contam que essas pessoas que representam o poder aqui em Japeri, o poder econômico, e com tentáculos também no poder político, na polícia civil, (...) que também eram trabalhadores, pessoas humildes naquela época, aproveitaram aquele momento da ditadura militar pra fazer o que eles chamavam (fazendo o trocadilho) de “entrega-lista”. Ou seja: eles entregavam as pessoas que eram militantes e, em troca disso, eles se apropriavam. Por exemplo, no caso do Wanthoil Dias Lacerda, se apropriaram das terras, das ferramentas, dos animais, do maquinário... Porque esse pessoal produzia, e era uma produção rica. (...) E esses grileiros se apropriavam disso (Entrevista anônima, concedida a Gabriel Bastos em 22 de dezembro de 2015).

Tratava-se, portanto, de uma relação de troca entre o Estado e grileiros, membros da própria comunidade de Pedra Lisa, onde o primeiro recebia informações sobre as lideranças e os segundos recebiam as glebas e/ou bens dos militantes perseguidos. Os que ontem eram “entrega-lista”, portanto, tornaram-se grandes proprietários de terras, proprietários de diversos imóveis urbanos, donos de postos de gasolina e de lojas de material de construção:

Tem o Capixaba que é o mais rico aqui da região. Tem (...) Sargento Romário; o Joel Brunato, dono da loja de materiais de construção, cujos filhos assumem o poder aqui, foi vereador.

Henrique Elzer... São assim os donos de grande parte das lojas, dos casarios, dos prédios de Engenheiro Pedreira hoje e o Capixaba das terras. (...) O capital inicial deles foi dado com a ditadura militar (Entrevista anônima, concedida a Gabriel Bastos em 22 de Dezembro de 2015).

Outras evidências confirmam esse esquema de repressão e grilagem. Raimundo Lima, militante do PCB, citado no trecho da entrevista anterior, como um dos camponeses que teve que deixar seu sítio, confirma dois nomes e fala de mais um outro entrega-lista:

Aqui foi uma região dos perseguidos. Tinha o José Alves Pinheira, ele era dono da farmácia... Ele era entrega-lista. (...) Joel Brunato, Sargento Romário (...) O sargento armado ficou de metralhadora na mão para ele [O Capixaba] cercar aquela área que chama "Fazenda do Capixaba", aquilo era dos camponeses no tempo de Roberto Silveira, foi tudo tomado (Entrevista de Raimundo Lima, concedida a Leonilde Medeiros, Aline Borghoff e Romário Silveira em setembro de 2015).

As evidências de repressão em Pedra Lisa no pós-64 se manifestam também com o receio das pessoas em darem entrevistas sobre o acontecido. Em 2014, nas etapas iniciais da pesquisa, membros da equipe foram à região com integrantes da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV/Rio) para iniciar a coleta de informações. Nas três residências visitadas, a resposta foi muito parecida: eram crianças e não lembravam de nada. A conversa foi desviada com perguntas sobre como era a região antigamente. Algumas coisas que foram ditas remetem aos sentidos da memória traumática da repressão e o silêncio dela decorrente. Aos poucos, com muito cuidado, foram narrados fragmentos de lembranças do período imediatamente posterior ao golpe: casas revistadas completamente, gavetas e armários revirados em busca de armas. "Você não imagina quantos papeizinhos nós engolimos!", numa evidente referência a documentos que foram destruídos.

Ainda nesse período de intensa repressão, por volta de 1964, houve uma tentativa de reorganização da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, através de uma reunião que contou com a presença de mais de cem pessoas. Entretanto, tal reunião fora denunciada à unidade do Exército em Deodoro, que enviou tropas ao local, espancando e prendendo lavradores. Dirigentes ficaram detidos por vários meses (COPELLO, 1983).

Sobre os efeitos imediatos do golpe de 1964, nos chama atenção o caráter de classe desse fenômeno. Isso se evidencia por duas facetas, uma política e outra econômica. Para além dos efeitos políticos quase que

imediatos após o golpe, como a imediata busca a Bráulio Rodrigues, perseguições políticas através dos “entrega-lista” e o fechamento da Sociedade com o sucessivo impedimento de que esta voltasse a funcionar, Copello (1983) nos demonstra prejuízos para os lavradores. Outras associações foram fechadas em regiões próximas. Em Pedra Lisa, foram fechados o posto médico e a escola da Associação, extinguindo o sistema de pensão que esta fazia funcionar para viúvas e idosos. Além disso, houve extinção do ramal ferroviário, o que prejudicou drasticamente o escoamento da produção dos lavradores, que passaram a ter que transportar com carroças a produção que outrora era transportada por trem. De acordo com os dados de Copello (1983), em Jaceruba, antes de 1964 eram produzidas semanalmente 1.500 caixas de diversos produtos agrícolas. Em 1983, tal produção foi reduzida para cem caixas, segundo depoimentos locais.

Conforme discutido por Ianni (1981), vale a pena lembrar que não se trata de um efeito isolado deste período. A ditadura teve, nas bases de sua economia política a superexploração das mais diversas categorias do trabalho, na cidade e no campo, com o lema de “segurança e desenvolvimento” como horizonte. Além disso,

Do ponto de vista social os mais penalizados foram os trabalhadores, que em primeiro lugar perderam o poder de compra de seus salários ao longo daqueles mais de vinte anos de regime ditatorial – por exemplo, em 1972, mesmo ano em que o PIB do país cresceu 11,7%, o Brasil se tornou o campeão internacional em acidentes de trabalho;¹⁵ enquanto em 1974 o salário mínimo chegou ao seu patamar mais baixo, equivalendo a 54,48% do que valia em 1960.¹⁶ Os migrantes que chegaram da zona rural aos centros urbanos em busca de melhores oportunidades de vida viram os serviços públicos sendo deteriorados, deparando-se com a inexistência de equipamentos urbanos que garantissem educação para seus filhos e saúde para o conjunto da família, além de condições dignas de habitação (MELO *et al.*, 2015).

A desmobilização no período pós-golpe seria superado anos mais tarde, quando o grande polo de irradiação de lutas na cidade e no campo, em Nova Iguaçu seria retomado pela diocese local, sob liderança do Bispo Dom Adriano Hypólito.

¹⁵ De acordo com a OIT.

¹⁶ De acordo com o DIEESE.

As lutas dos anos de 1980

Em 1984, uma área que abrange os municípios de Nova Iguaçu e Queimados foi ocupada por 600 famílias. O objetivo da ocupação era reivindicar a área para fins de reforma agrária. Trata-se de Campo Alegre, que gerou grandes repercussões na Baixada Fluminense. Talvez, a grande repercussão dessa ocupação tenha se dado pelo fato de ter aglutinado diversas forças políticas, que desde o final da década de 1970 vinham se reorganizando. Em 1979, foi criado o Núcleo Agrícola Fluminense (NAF), em Duque de Caxias, por posseiros, com a presença de Laerte Bastos, uma importante liderança da Baixada no pré-64. O NAF, lado a lado da Comissão Pastoral da Terra (CPT) organizou a ocupação Morro Grande (Duque de Caxias) no mesmo ano. Com muitas famílias presentes, os ocupantes excedentes do Morro Grande foram para a ocupação do Parque Estoril (Nova Iguaçu). Paralelamente a isso, movimentos ligados ou próximos à Diocese de Nova Iguaçu, como a CPT, a Comissão de Justiça e Paz e o Movimento Amigos do Bairro (MAB), organizaram, em 1979, o Mutirão Nova Aurora¹⁷ cujas famílias excedentes foram para Campo Alegre.

O perfil das famílias nesses mutirões era diverso. Trata-se de um contexto diferente das décadas de 1950 e 1960, quando a origem da maioria dos posseiros era rural. Agora, se trata de uma população urbana com raízes rurais. Sônia Martins, membro da CPT de Nova Iguaçu e militante que participou dos primórdios do Mutirão de Campo Alegre, inserindo-se por meio de sua comunidade eclesial de base, pelo ramo da educação, nos dá mais detalhes sobre o perfil social e político desses ocupantes:

O pessoal do Parque Estoril, eu via uma presença com uma ênfase maior de trabalhador rural, já Campo Alegre, é um povo que já havia perdido muito essa característica do campo. (...) O povo que tinha de 50 anos para cima tinha um perfil mais politizado e mais arraigado a essa dimensão de camponês, de inserção da produção, de pensar um lugar para morar e produzir. (...) Os novos, tem essa preocupação de estar porque precisa viver, a cidade não dava conta de pagar aluguel, tinha a questão da violência, de ter um lugar mais sossegado para criar os filhos, mas a necessidade muito forte de trabalhar fora, para poder complementar a renda familiar (Entrevista de Sônia Martins concedida a Gabriel Bastos em outubro de 2015).

¹⁷ Mutirão foi o termo utilizado ao longo da década de 1980 em todo o estado do Rio de Janeiro para caracterizar acampamentos formados a partir de ocupações reivindicatórias.

A ocupação foi feita por etapas. Após divulgar que haveria um mutirão em Campo Alegre, os organizadores da ocupação levavam os interessados para Vila Americana, uma área próxima de Campo Alegre. “Nesta localidade, as famílias foram cadastradas e, pouco a pouco, enviadas para o Cruzeiro, região (...) onde foi feita a primeira ocupação e montado o acampamento de base” (ERNANDEZ, 2010, p. 197). Ao todo, tratavam-se de cerca de 6 mil ocupantes (*Ibidem*). Uma vez no Cruzeiro, as famílias aguardavam a chegada de novas famílias, até que, uma vez reunidas um número suficiente de pessoas uma nova gleba de Campo Alegre era ocupada, chamada de regional. Cada regional contava com um coordenador e comissões de trabalho para diversos fins. Um aspecto organizacional que nos chama atenção aqui é o lugar de origem dessas comissões: “na organização dos conventos, já que teriam sido as freiras ligadas às CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e à CPT as que mais teriam auxiliado no processo de organização interna” (ERNANDEZ, 2010, p. 197). De acordo com Michael Löwy, as CEBs são “um pequeno grupo de vizinhos que pertencem à mesma comunidade, favela, aldeia ou zona rural populares e que se reúnem regularmente para rezar, cantar, comemorar, ler a Bíblia e discuti-la à luz de sua própria experiência de vida” (LÖWY, 2000, p. 82-83). Diante de uma conjuntura de reorganização de movimentos populares de luta pela terra na Baixada Fluminense, esses novos elementos de cunho religioso são capazes de trazer novos elementos para as ocupações de terra:

A experiência das CEBs, graças a seu forte componente democrático, contribuiu muitas vezes para dar uma qualidade nova aos movimentos sociais e políticos que alimentou: com raízes no cotidiano do povo e em suas preocupações humildes e concretas, ela encorajou a auto-organização das bases e uma desconfiança da manipulação política, da retórica eleitoral e do paternalismo estatal (*Ibidem*, p. 85).

Tal experiência, entretanto, não foi isolada. O encontro entre elementos do cristianismo da libertação (*Ibidem*) com movimentos de luta pela terra da Baixada Fluminense teve um papel importante nesse período. A diocese de Nova Iguaçu, sob liderança de Dom Adriano Hypólito, a partir de 1966, é responsável por aglutinar tais elementos.

Com apenas 48 anos de idade, Dom Adriano assume o cargo em uma diocese também jovem, fundada em 1960. O jovem bispo governou a Diocese durante anos de mudanças dentro da própria Igreja católica, com o Concílio Vaticano II (1962-65), abrindo uma fase de “reconciliação” da Igreja com a modernidade (*Ibidem*) e, posteriormente, as conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), com a opção preferencial pelos pobres.

De acordo com Michael Löwy, a gênese do Cristianismo da Libertação na América Latina, neste período, pode ser explicado por uma convergência de três fatores: além das mudanças internas da Igreja com o pontificado de João XXIII (1958-1963) e o Concílio Vaticano II, a partir dos anos 50 em diante, a crescente hegemonia do capital multinacional no continente e a industrialização, intensificou a migração do campo para a cidade, concentrando por lá uma nova classe trabalhadora. Além disso, a Revolução Cubana em 1959 abre uma nova perspectiva de lutas sociais para a América Latina.

Foi a convergência desses conjuntos muito distintos de mudanças que criou as condições que possibilitaram a emergência da nova “Igreja dos Pobres”, cujas origens, é preciso observar, remontam a um período anterior ao Vaticano II. De uma maneira simbólica, poderíamos dizer que a corrente cristã radical nasceu em janeiro de 1959, no momento em que Fidel Castro, Che Guevara e seus camaradas entraram marchando em Havana, enquanto que, em Roma, João XXIII publicava a primeira convocação do Concílio (*Ibidem*, p. 70).

Inserido nesse contexto, de acordo com o bispo, portanto, “numa área complexa como a Baixada Fluminense, ‘não se exige apenas a aplicação normal do Concílio: a renovação, o *aggiornamento* deve ser imediato e rápido, urgente e agressivo’” (SERAFIM, 2013, p. 67). Dessa forma, a partir de 1966, Dom Adriano passou a abrir a diocese como ferramenta política em torno da questão da moradia assim como começou a abrigar antigas lideranças.

A diocese de Nova Iguaçu, portanto, tornou-se um polo aglutinador de movimentos sociais. De acordo com Sônia Martins, “havia por parte de Dom Adriano um investimento muito forte mesmo nessa questão de articulação do MAB, que se tornou uma grande referência de articulação das associações de moradores”, assim como organizava a Comissão de Justiça e Paz e o Centro de Formação de Líderes, que traziam respaldo para as lutas. Além disso, a Diocese acolhia lideranças do pré-64 e perseguidos políticos:

Então essas pessoas (lideranças do pré-64) são grandes aliados desse projeto. (...) A Comissão de Justiça e Paz era onde centralizava toda a ação política da diocese no conjunto da região aqui da Baixada. Aí eu acho que essas pessoas estavam engajadíssimas nesses projetos que é o rosto de uma Igreja para fora. (...) Elas se sentem referendadas e se identifica, m e aqui, esse centro de formação, ele é criado com a proposta de

capacitar e formar lideranças e ele é o grande referencial de acolher refugiados, aqui tinha muitas pessoas de 64 que foram refugiadas aqui. E era qualquer pessoa, não precisava ser católico para entrar aqui, tava refugiado? Tava perseguido? Tava marcado para morrer? Era colhido aqui e escondido aqui no subsolo (Entrevista de Sônia Martins concedida a Gabriel Bastos em 11 de novembro de 2015).

Havia outros fatores e atores envolvidos e responsáveis por esse processo de mobilização na época. Além de se tratar de um período de reabertura política, onde antigas lideranças encontravam espaço nos debates promovidos pela Diocese, não podemos deixar de relevar a importância das associações de bairro. Apesar de organizarem demandas tipicamente urbanas, ocupações de terra, como Campo Alegre e Nova Aurora, contaram com a participação de membros do MAB, assim como a presença do líder camponês dos anos 1950, Bráulio Rodrigues (Ernandez, 2010). As ocupações de terra na Baixada, neste período, respondiam, portanto, a um “conjunto mais amplo de movimentos sociais que reivindicavam direitos diversos, tais como saneamento básico, educação, moradia e saúde” (*Ibidem*, p. 209).

Além do MAB em Nova Iguaçu, havia o Movimento de União de Bairros e Duque de Caxias (MUB) e a Associação de Bairros e Moradores (AMB) em São João de Meriti. Essas federações e associações, além de protagonistas das mobilizações em Nova Aurora, Campo Alegre e muitas outras posteriormente, articularam um conjunto de novas associações, que reivindicavam diversas demandas sociais, sobretudo, para a obtenção de melhores equipamentos urbanos. Dois anos após a eleição de Leonel Brizola como governador, essas associações foram capazes de organizar uma passeata até o Palácio da Guanabara, com duas mil pessoas, a fim de cobrar a aplicação de recursos enviados pelo Governo Federal ao estado, destinados ao saneamento básico na Baixada. Assim, “em meados dos anos 80, a federação de Nova Iguaçu agrupava 170 associações, e a de Caxias, cem, revelando uma mobilização popular sem precedente na história da região” (ALVES, 1998, p. 109).

Se por um lado observamos a persistência de características repressivas da ação do Estado brasileiro, observamos também, certo *continuum* de formas de luta por parte dos movimentos sociais. Apesar de interrompidas por uma “despolitização autoritária” entre 1964 e 1978 (NOVICK, 1992), as formas de luta que se sucederam carregaram também marcas do passado. Ernandez (2010, p. 244) sugere que não se trata da emergência de “novos movimentos sociais”, mas de uma “configuração [que] já estava sendo gestada há tempos e que alguns de seus criadores ainda estavam por ali, para regar as sementes plantadas nas trincheiras de duas décadas atrás”.

Conforme discutido por Hernandez (2010), os movimentos de luta pela terra, depois de Campo Alegre, se deram por conta de uma série de condições sociais para a retomada das ocupações, sendo este um evento catalizador para outras iniciativas, formando uma nova geração de líderes, produzindo, em seguida, uma série de outros mutirões. O caso da fazenda Boa Esperança, particularmente, nos chama atenção, por se tratar de uma das fazendas de desapropriadas no início dos anos de 1960, em Pedra Lisa, pelo governador Roberto Silveira e um dos grileiros envolvidos ser um dos “entrega-lista”, citado anteriormente.

Segundo documentos da FETAG, em 1978, 42 famílias, de um total de 242 pessoas da Fazenda Boa Esperança, receberam notificação de que deveriam desocupar a área num prazo de 30 dias, porque ela fora cedida pelo governador do Estado, Almirante Faria Lima à APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcional). A fazenda havia sido desapropriada pelo governador Roberto da Silveira, em 1960, para fins de interesse social, ocupada por culturas permanentes, lavoura branca e criação de pequeno porte. Entretanto, ainda tratava-se de propriedade do Estado (COPELLO, 1983). Com a mobilização dos trabalhadores através da FETAG/RJ, com o apoio da Comissão Justiça e Paz da diocese de Nova Iguaçu, e o envio do relatório às autoridades, o despejo foi sustado, mas as posses não foram legitimadas. Um total de 35 famílias, entre 1973 e 1974, foram expulsas e indenizadas com pequenas importâncias. As terras estavam apropriadas por grileiros notórios como, por exemplo, Sebastião Ferreira da Silva, vulgo Capixaba, criador de gado, citado anteriormente (Levantamento de Conflito de Terras. Arquivo Fetag/RJ. Junho de 1981. NMSPP/srSC.frj.c - Pasta II).

Outros conflitos e ocupações de terra ocorreram em Pedra Lisa neste período, em terras que foram objeto de disputa da reforma agrária no pré-64. Nesse contexto, uma nova associação de lavradores foi fundada e organizou um mutirão para ocupar terras que foram desapropriadas em 1958. De acordo com Sônia Martins, as experiências anteriores contribuíram para o planejamento desta ocupação. “Com esse bloco desse pessoal que já estava meio no caminho, né? Agora a gente podia recuperar mais elementos lá. Em Pedra Lisa leva gente por isso, entre outras coisas.” (Entrevista concedida a Gabriel Bastos em 11 de Novembro de 2015). Segundo o *Jornal do Brasil* (28/1/1986), cerca de 50 famílias ocuparam 40 alqueires de terra da “fazenda do Capixaba”, na madrugada do dia 27 de janeiro de 1986. Por quatro meses, a Associação de Lavradores de Pedra Lisa e Jaceruba planejou a ocupação, fazendo levantamentos de documentos da área, certificando-se que esta pertencia ao Estado. Importante ressaltarmos que, nesse período, o governador do Estado do Rio de Janeiro era Leonel Brizola, que assumia uma postura de

apoio aos movimentos sociais, inclusive os de luta pela terra. Hernandez (2010) relata que a equipe de Baldez, procurador do Estado,

Participou ativamente de diversas ocupações de terra no Rio de Janeiro, na década de 1980. A Procuradoria oferecia retaguarda não só jurídica, com vistas à desapropriação das terras ocupadas (...). O trabalho da procuradoria era articulado com a CPT, que organizava as ocupações e (...) oferecia apoio jurídico por meio de seus advogados (*Ibidem*, p. 207).

Maria de Lourdes dos Santos, uma das lideranças da ocupação, conta que recebeu aval das autoridades para ocupar tal localidade: “Fui diversas vezes ao Rio, na Comissão de Assuntos Fundiários, e conversei com o presidente, Edgar Ribeiro, sobre a situação, mostrando a ele que as terras são do Estado. Recebi o sinal verde dele para agir, enquanto no Rio ele brigava com a justiça” (*Jornal do Brasil*, 29/1/1986). Além das terras da fazenda Boa Esperança, desapropriadas pelo governador Roberto Silveira em 1961, “Capixaba” teria acumulado terras de militantes perseguidos pela ditadura, que foram desapropriadas pelo então governador Miguel Couto Filho, como resultado da luta dos lavradores naquele período:

Muitos deles [militantes do pré-64] ocuparam novamente as terras em 86. Bom, o Wilson da Rosa Mota, Nilson da Rosa Mota e Mario Ribeiro dos Santos, esses ocuparam as terras de Pedra Lisa, eles tinham terras em Pedra Lisa antes de 64 (Entrevista anônima concedida a Gabriel Bastos em 22 de dezembro de 2015).

Depoimentos citados nas reportagens do *Jornal do Brasil*, também falam a respeito: Dona Maria da Conceição, uma lavradora de 55 anos, diz que sempre viveu na fazenda, juntamente com mais cem famílias que plantavam bananas. Na época, ela conta, ninguém se declarava proprietário dessas terras e Sebastião Ferreira teria cercado as terras e expulsado muitas famílias (*Jornal do Brasil*, 29/1/1986). Maria de Lourdes endossa: “a família de Capixaba nem é dona disso aqui. Apoderou-se do terreno e matou quem se recusou a sair” (*Jornal do Brasil*, 21/3/1986). De acordo com o Wanthoil Dias Lacerda, na década de 1970, o fazendeiro havia comprado terras de lavradores pagando “uma miséria” e ameaçando aqueles que por lá insistissem em permanecer (*Jornal do Brasil*, 27/3/1986). Segundo o *Jornal do Brasil* (28/1/1986), o grileiro foi chamado pela Comissão de Assuntos Fundiários da Secretaria Estadual de Habitação para mostrar o documento de posse, mas não compareceu.

Um trabalhador rural fora assassinado na região em março de 1987 na mesma localidade, com três tiros, conforme conta um documento assinado pelo MST, entregue ao Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária (INCRA) (*Jornal do Brasil*, 1/4/1987). Sobre casos de violência em conflitos de terra nos anos 80, Sônia Martins conta:

Lá teve assassinato, Pedra Lisa foi reocupado nesse período da década de 80 (...). Teve esse povo de Vila de Cava que é o pessoal que eles botaram fogo, cortaram orelha das pessoas, matou um trabalhador. Em Campo Alegre teve o Limberg, teve o atentado do Fernando, porque nós estávamos nessa ocupação. (...) A gente fez uma romaria da terra lá também por causa disso (Entrevista de Sônia Martins, concedida a Gabriel Bastos em 11/11/2015).

Esses casos de violência, entretanto, carregam um denominador comum: a utilização de particulares. José Claudio Souza Alves (1993) explica, a partir de uma detalhada análise da história do século XX na Baixada Fluminense, como o emprego da violência ilegal constitui numa ferramenta histórica de edificação de bem-sucedidas máquinas políticas. Analisando também os casos de violência apontados neste trabalho, observamos que a violência praticada por particulares e pelo Estado aos movimentos de luta pela terra, muitas vezes se misturam e, em alguns casos, confundem-se. Talvez essa articulação entre o aparato repressivo do Estado com milícias privadas e até mesmo casos de violência feitos apenas por particulares sejam resultado do mesmo processo de disputa de reordenação espacial e política da Baixada ao longo de décadas, tendo a violência e o clientelismo político como ferramentas de manutenção do poder local.

Considerações finais

Discutimos neste trabalho lutas pela terra em Nova Iguaçu entre os anos de 1950 até o final dos anos de 1980. Analisamos, portanto, episódios de conflitos e repressão no campo em dois períodos históricos: um democrático (1946-1964) e outro autoritário (a ditadura civil-militar, de 1964 a 1985). Analisamos também os primeiros anos do período pós-ditadura, embora antes da promulgação da constituição de 1988. O que nos chama atenção aqui não são as diferenças – muito claras ao nosso olhar – entre esses períodos históricos, mas suas características de continuidade, difíceis de serem detectadas à primeira vista. Conflitos antigos na área estudada, por exemplo, se perpetuam até hoje. Um entrevistado, que preferiu não se identificar, também fala a respeito de problemas recentes de grilagem na região:

Agora mesmo, de 2006 pra cá quando o governo resolver implementar o arco rodoviário metropolitano (...), os rotarianos se reuniram e começaram a comprar terras aqui nos

arredores e refizeram renascer inclusive a questão da grilagem. Chegaram na casa de algumas pessoas, (...) e falaram: "Olha a terra é minha, eu te dou dez mil e uma casa e você vai pra lá e a terra é minha". (...) Eles compraram terras por dez mil, vinte mil e falaram "olha, se você não sair por bem, você vai sair por mal e vai perder a terra". E como as pessoas já sabiam da história deles preferiram pegar uma casa e dez mil e abrir mão das terras. E aí eles venderam as terras pro Estado por um preço muito mais... Muito superfaturado, muito acima do que valia (Entrevista anônima, concedida a Gabriel Bastos, em 22 de dezembro de 2015).

Conforme discutido anteriormente, ao nos depararmos com a aplicação da Lei de Segurança Nacional no conflito de Santa Alice, em 1963, comentamos o paralelo feito por John French sobre as características repressivas do governo Dutra com o período ditatorial anterior a este, do Estado Novo. O autor, indo mais atrás na história, continua:

Ambos episódios de repressão no século XX exibiram paralelos claros com a resposta da classe alta à turbulência e à "desordem" política que haviam caracterizado a primeira década que se seguiu à independência do Brasil. Os líderes da reação conservadora dos anos 1830 criticaram severamente o entusiasmo desestabilizador do que chamaram de "doutrinas vagas e retóricas de uma liberdade exagerada" (FRENCH, 2006, p. 406).

Dessa forma, o autor chega a concluir que a cultura antidemocrática tem raízes históricas profundas. "Vistas no plano mais amplo da história brasileira, as raízes da violência e arbitrariedade policial em relação ao trabalho, nos anos 1930 e 1940, remontam à escravidão, que havia sido abolida havia pouco mais de 50 anos" (*Ibidem*, p. 403). Os paralelos de repressão entre períodos históricos brasileiros não param por aí. O mesmo autor cita diversos episódios durante a primeira república (1889-1930). Chama atenção o relato de um adido militar estadunidense em 1929, que testemunhou uma manifestação nos degraus do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, onde lideranças do PCB discursavam:

A polícia do Rio não parece conseguir lidar com uma situação como essa de maneira calma e moderada, (...) começou a dar cacetadas a torto e a direito, e até dar tiros de pistola, apesar de não haver nenhuma resistência séria por parte dos comunistas. Três homens tiveram que ser tratados na emergência do hospital por causa de ferimentos de balas, e vários outros estavam bem machucados com hematomas por causa de seu

encontro com a polícia... [os poucos simpatizantes comunistas] não entendem muito das doutrinas comunistas, mas só querem protestar contra o governo (FRENCH, 2006, p. 389).

As semelhanças com os recentes acontecimentos de junho de 2013, quando a polícia atacava tanto manifestantes quanto transeuntes, são gritantes. Talvez, nossa herança de violência institucional seja muito mais profunda do que apenas a ditadura militar, conforme normalmente se supõe, mas de uma cultura de violência institucional bem mais enraizada. Hoje não apenas as polícias militares carregam essa herança, como outras instituições. O Judiciário, durante o regime militar, era munido de um profundo grau de integração e consenso com o regime, gerando assim, uma ruptura democrática com aparência de legalidade ou, melhor dizendo, a institucionalização dos aparatos repressivos ao longo do regime (Pereira, 2005). Dessa forma, “quando foi levantada no Brasil a questão da reforma no Judiciário, as mudanças reivindicadas eram no sentido de uma maior autonomia individual para os juízes, e não o contrário (...). Não houve expurgos no judiciário após a transição democrática de 1985” (Ibidem, p. 242). Talvez essa herança seja responsável por episódios como da prisão dos 23 ativistas políticos no Rio de Janeiro, em 2014, quando um inquérito policial de duas mil páginas virou um processo judicial em apenas duas horas e a prisão de Rafael Braga, em junho de 2013; um morador de rua, condenado a cinco anos de prisão por “porte de artefato explosivo”, por portar uma garrafa de Pinho Sol.

Discutimos também a articulação entre particulares e Estado em torno de ações políticas e de violência contra os movimentos de luta pela terra, tal como ações promovidas exclusivamente pelo Estado ou exclusivamente por particulares. O caso mais pungente dessa articulação foram os “entrega-lista”, jargão utilizado em Pedra Lisa para caracterizar aqueles que de fato entregavam lideranças camponesas ao regime. Em troca, eles recebiam bens do líder entregue, tais como ferramentas, animais, maquinário e até mesmo terras. Esses bens permitiram a inserção dos entrega-lista entre ciclos de indivíduos ricos e poderosos, inclusive no aparato do Estado em Japeri e Nova Iguaçu.

A articulação entre particulares e o Estado caminhando na mesma direção política, enfrentando os mesmos inimigos não foi um fenômeno de exclusividade dos entrega-lista. Alves (1998) caracteriza a existência de um aparato repressivo constituído na ilegalidade, entretanto, com apoio do Estado, denominado de grupos de extermínio. Trata-se de braços armados, tanto do poder local quanto do regime de 64, constituídos para a eliminação de inimigos. Através de uma análise dos crimes de esquadrões da morte em Nova Iguaçu entre 1963 e 1975, o autor constata que o número de mortos pelos esquadrões crescia na medida em que o

regime endurecia. Essa constatação se confirma em Pedra Lisa, se considerássemos não somente os esquadrões da morte, mas também seguranças particulares de áreas rurais, os jagunços. Conforme discutimos anteriormente, de acordo com os depoimentos de Bráulio Rodrigues, no mesmo dia do golpe de 1964, jagunços entraram em Pedra Lisa a fim de matá-lo, resultando em sua fuga. Paralelo a isso, nos anos que se seguiram, os lavradores de Pedra Lisa enfrentariam tanto a repressão do Exército quanto de grileiros.

Em entrevista ao jornal *Última Hora* (13/6/1976), o bispo Dom Adriano Hypólito identificou a impunidade como uma das causas da violência, pelo fato de que poucos viviam acima e fora da lei, enquanto a grande maioria vivia um clima de insegurança e medo, lado a lado de frustrações do mercado de trabalho, insuficiência dos salários e a inexistência dos serviços públicos. “Não haveria, portanto, nenhuma relação entre os baixos salários e a violência na região. A violência seria fruto da persistência da mentalidade caciquista dos donos absolutos do poder” (Alves, 1998, p. 137). A fala do bispo reforça o que discutimos anteriormente: o caráter de classe das disputas pelo poder local na Baixada. Esse caráter de disputa de classe é evidente também quando observamos os efeitos do imediato pós-64 em Pedra Lisa, com outros efeitos negativos para a vida dos lavradores vinculados à repressão, tais como perda de terras, a extinção do ramal ferroviário por onde escoavam mercadorias e a crescente disputa entre grileiros e lavradores.

Referências bibliográficas

- ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 1998.
- ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Urbano e Regional/UFRJ, 1982.
- COMERFORD, John C. *Como uma família. Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: NuP/Relume Dumará, 2003.
- COPELLO, Sheila Gutierrez. *Conflitos de Posseiros Rurais em Áreas Peri-urbanas - Nova Iguaçu*. Monografia de conclusão de curso. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia/UFRJ, 1983.
- ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In Lygia Sigaud, Marcelo Hernandez e Marcelo Rosa. *Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

- FRENCH, John. Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos. A questão social como caso de polícia (1920-1964). In HUNOLD, Silvia e MENDONÇA, Joseli (Org). *Direitos e justiças no Brasil*. Campinas: editor da Unicamp, 2006.
- GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, 1987.
- HANSEN, Cláudia Regina Salgado de Oliveira. *Os Guinle como agentes do Clube de Engenharia*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.
- IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- LÖWY, Michel. *A Guerra dos deuses. Religião e política na América Latina*. Petropolis: Vozes, 2000.
- MELO, Demian; LEMOS, Renato; BORTONE, Elaine *et al.* *A ditadura militar e o capitalismo brasileiro. Documento produzido pelo Coletivo Mais Verdade*. Disponível em: <<http://www.cev-rio.org.br/site/arq/Mello-D-A-ditadura-militar-e-o-capitalismo-brasileiro-Mais-Verdade.pdf>>. Visualizado em: 5 jan. 2016.
- NOVICKI, Vitor de Araujo. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro Governo Brizola (1983-1987)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola/UFRJ, 1992.
- PALMEIRA, Moacir. *Desmobilização e Conflito: Relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana*. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v. 1: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- PEREIRA, Anthony. *Ditadura e Repressão: O Autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e Na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- SERAFIM, Adriana. *A Missa da Unidade Entre Faixas e Crucifixos: Hierarquia e Política na Diocese de Nova Iguaçu (1982)*. Dissertação (Mestrado). Seropédica: Curso de Pós-Graduação em História UFRJ, 2013.
- SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2008 (organização de Leonilde Servolo de Medeiros).
- SOUZA, S. M. *A Memória dos laranjais na cidade dos loteamentos: considerações sobre os efeitos sociais da urbanização em Nova Iguaçu no período 1950-1970*. In: Anais do V Encontro Nacional da Associação

Nacional de Planejamento Urbano. Belo Horizonte / Porto Alegre: UFMG / CEDEPLAR / ANPUR, 1993. v. 5.
WOORTMANN, Klaas. Migração, Família e Campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 7, n. 1, 1990, p. 35-53.

BASTOS, Gabriel Souza. Conflitos de terra em Nova Iguaçu: uma análise a partir do caso de Pedra Lisa. *Estudos Sociedade e Agricultura*, fevereiro de 2017, vol. 25, n. 1, p. 179-207, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*Conflitos de terra em Nova Iguaçu: uma análise a partir do caso de Pedra Lisa*). Esse artigo se propõe a analisar conflitos e repressão no campo no município de Nova Iguaçu, dos anos de 1950 até fins da década de 1980, tendo os casos da região de Pedra Lisa como um fio condutor de nossa narrativa e análise. A centralidade dessa região para nosso estudo se dá tanto por conta de seu pioneirismo e protagonismo de mobilização e resistência camponesa no pré-64 quanto por sua influência nas mobilizações das décadas seguintes. A partir dessa análise, é possível traçar características de continuidades e descontinuidades, tanto na repressão dos regimes políticos inseridos nesse recorte, quanto no que diz respeito aos conflitos locais.

Palavras-chave: ditadura, Baixada Fluminense, regime militar.

Abstract: (*Land conflicts in Nova Iguaçu: an analysis from the case of Pedra Lisa*). This article aims to analyze conflicts and repression in the countryside of the city of Nova Iguaçu, from the 1950s until the end of the 1980s, with cases of the Pedra Lisa region as a thread of our narrative and analysis. The centrality of this region to our study is given by its pioneering and leading role of mobilization and peasant resistance before the military coup of 1964 and its influence on the mobilization of the decades that followed. From this analysis, it is possible to trace continuities and discontinuities, both in the repression of the political regimes treated in this article and in the local conflicts.

Keywords: dictatorship, peasantry, Brazilian military government.

Recebido em junho de 2016.
Aceito em novembro de 2016.